

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 29 de abril de 2025

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Nesta edição:

- **Regulamentação da Operação Logística é aprovada na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (PL 3757/2020)**
- **Comissão da Câmara aprova projeto que equipara trabalho em área que cause sofrimento psicológico com a exigência de serviços superiores às forças do trabalhador (PL 3324/2024)**
- **Câmara dos Deputados debate os impactos dos aumentos tarifários dos EUA sobre a economia brasileira**

Regulamentação da Operação Logística é aprovada na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (PL 3757/2020)

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara (CICS) aprovou o PL 3757/2020, que dispõe sobre a Operação Logística, nos termos do substitutivo do relator, Dep. Lucas Ramos (PSB/PE).

A proposição dispõe sobre a Operação Logística como atividade empresarial de transporte, armazenagem e gestão de estoque, abrangendo as disposições gerais da atividade, as regras das operações de entrega, da atividade de armazenagem, bem como a responsabilidade civil do operador logístico (OL).

O substitutivo aprovado evoluiu ao suprimir a hipótese de retenção das mercadorias transportadas e armazenadas pelo Operador e a sua subcontratada e aumentar o prazo para retirada de mercadorias, tornando mais equilibrada a relação entre o Operador Logístico e os contratantes do serviço.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), na qual também será avaliado o mérito da matéria.

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara aprovou projeto que equipara trabalho em área que cause sofrimento psicológico com a exigência de serviços superiores às forças do trabalhador

O projeto, de autoria do Dep. Jonas Donizette (PSB/SP), altera a CLT para equiparar o exercício de trabalho em área que cause sofrimento psicológico, comprovado por laudo médico, à exigência de serviços que ultrapassem as capacidades físicas ou condições de saúde do empregado, possuindo direito a considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.

A proposta foi aprovada nos termos do relatório apresentado pelo Dep. Sargento Portugal (Podemos/RJ), na forma do substitutivo. Por sua vez, o substitutivo prevê que a disposição pode ser alvo de convenção coletiva e/ou acordo coletivo de trabalho, hipótese em que terá prevalência sobre a lei.

A proposta segue para as Comissões de Saúde (Csaúde), de Trabalho (CTRAB) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em caráter terminativo.

Câmara dos Deputados debate os impactos dos aumentos tarifários dos EUA sobre a economia brasileira

A **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)** da Câmara dos Deputados **realizou**, em 29 de março, **audiência pública para discutir os impactos econômicos dos aumentos tarifários adotados pelos Estados Unidos sobre a economia brasileira**. A reunião foi **conduzida pelo Presidente da Comissão Deputado Rogério Correia (PT/MG)**, que iniciou os trabalhos relembrando a publicação da Lei nº 15.122/2025, que trata de medidas de reciprocidade comercial.

Durante a audiência, o parlamentar questionou os representantes do governo sobre eventuais ações previstas para enfrentar a situação. Ele também solicitou informações sobre a preparação do setor siderúrgico brasileiro diante das novas tarifas e sobre os efeitos no setor alimentício, especialmente em relação à dependência das exportações e à possibilidade de redirecionamento da produção para outros mercados.

Marcelo Souza Azevedo, Gerente de Análise Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), alertou para a gravidade das mudanças recentes no comércio internacional, classificando-as como novas, de grande magnitude e com potencial de rápida evolução.

Segundo ele, embora a economia dos Estados Unidos venha apresentando bons indicadores, como baixa taxa de desemprego e inflação controlada, há sinais de que será afetada, com alta inflação e risco crescente de recessão. Azevedo também destacou que a guerra comercial entre China e Estados Unidos tem contribuído para a desaceleração do PIB global e do comércio internacional.

Ele explicou que a redução das importações americanas provenientes da China deve levar ao redirecionamento dessas compras para outros países da América do Norte, América do Sul, Europa, Oriente Médio, Ásia e África. Por outro lado, as exportações dos EUA têm diminuído para quase todas as regiões, com exceção da Ásia, excluindo a China.

Afirmou que a economia brasileira pode ser impactada pelas mudanças na taxa de juros dos Estados Unidos. Segundo ele, diversos cenários estão sendo monitorados pela entidade, mas os sinais atuais apontam para uma desaceleração da atividade econômica norte-americana e do comércio global.

Apesar desse contexto, Azevedo destacou que as exportações da indústria brasileira têm mostrado resiliência, com desempenho positivo e crescimento. Ele explicou que esse resultado pode estar relacionado à antecipação das empresas americanas ao novo cenário tarifário, com aumento das importações de insumos para se antecipar a elevação das tarifas.

Mencionou a elevação das tarifas de bens industriais que ocorreram em 2024 frente a 2023 e alertou que elas aconteceram em um momento de alta significativa da produção industrial. Como em 2025 se espera um menor crescimento da demanda doméstica, um redirecionamento das exportações de outros países para o Brasil representaria desafio adicional à indústria.

Cristina Yuan, Diretora de Assuntos Institucionais do Instituto Aço Brasil, destacou a preocupação do setor com as novas tarifas impostas pelos Estados Unidos. Segundo ela, o excesso de capacidade de produção de aço no mundo tem levado grandes produtores a redirecionar suas exportações para outros mercados, sendo o Brasil o principal destino ocidental do aço chinês.

Essa movimentação, segundo Yuan, tem gerado uma acirrada disputa no mercado global, levando diversos países a adotarem medidas de proteção comercial. Expressou preocupação com a perda do sistema de cotas para exportações brasileiras de aço ao mercado norte-americano, em razão das novas taxações adotadas pelo governo dos EUA.

Yuan enfatizou que o setor siderúrgico brasileiro não concorre diretamente com as siderúrgicas americanas, uma vez que o Brasil exporta principalmente aço semiacabado. Por isso, segundo ela, as tarifas impostas não se justificam.

Por fim, alertou para o risco de realocação da produção de aço subsidiado por parte de países afetados pelas medidas protecionistas, ao Brasil, impactando o mercado nacional. Para ela, é necessário fortalecer os instrumentos de defesa comercial, já que a indústria do aço é estratégica para a segurança e a soberania do país.

Janaína de Paula Carrilho Donas, Presidente Executiva da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), destacou a preocupação da entidade com o descompasso entre o crescimento da demanda por alumínio no Brasil e a oferta de produção primária. Segundo

ela, esse desequilíbrio é agravado pela expansão da produção chinesa, fortemente subsidiada, que tem impactado negativamente o setor nacional.

Apesar desse cenário, Janaína ressaltou que o setor no Brasil vem apresentando sinais de recuperação, impulsionado por investimentos estratégicos e de longo prazo. Esses avanços, segundo ela, colocam o país em uma posição favorável para o reposicionamento da indústria do alumínio no cenário internacional.

Ela também destacou a importância do setor, lembrando que cerca de 85% da bauxita extraída no Brasil é destinada à indústria de transformação local. A verticalização da cadeia produtiva no país, de acordo com a presidente da Abal, tem garantido maior resiliência ao setor frente as tarifas americanas.

Por fim, manifestou preocupação com o redirecionamento de produtos chineses para o Brasil, como consequência das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos. Diante do aumento da demanda interna por alumínio, Janaína defendeu que a oferta seja priorizada com produto nacional, reduzindo a dependência de importações.

Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), destacou que a guerra tarifária tem implicações globais significativas, incluindo retaliações, tensões comerciais, aumento da incerteza e pressão sobre o PIB mundial e o comércio. Ela ressaltou que as tarifas também afetam o multilateralismo e o sistema de comércio baseado em regras que foi construído ao longo de anos.

Afirmou que a posição do governo brasileiro é contrária à guerra comercial. Prazeres explicou que Brasil e Estados Unidos têm um grupo de trabalho conjunto para lidar com as novas barreiras tarifárias impostas pelo governo americano e para criar um Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, com o objetivo de mitigar riscos, reduzir barreiras comerciais e promover o comércio entre os dois países.

Em sua fala, a Secretária enfatizou que o Brasil não é um problema comercial para os Estados Unidos. Segundo dados do governo americano, os EUA possuem um superávit comercial de 125 bilhões de dólares com o Brasil. Prazeres destacou também que a alíquota efetiva sobre os produtos americanos importados pelo Brasil é de apenas 2,73%, com 8 dos 10 principais itens importados dos EUA isentos de tarifas. Isso demonstra que não há obstáculos ao acesso dos produtos americanos ao mercado brasileiro.

Destacou que a Lei de Reciprocidade Comercial permite ao governo brasileiro negociar em melhores condições, mesmo em situações adversas com parceiros comerciais. Essa base legal, aprovada pelo Congresso, fortalece as negociações, incluindo questões não apenas tarifárias, mas também ambientais. Ela afirmou que o governo mantém um diálogo constante com o setor privado para apoiar as indústrias afetadas.

Prazeres explicou que as medidas adotadas pelos Estados Unidos impactam o Brasil de três maneiras principais:

1. **Risco de perder acesso ao mercado americano:** embora o Brasil tenha uma alíquota reduzida de 10% atribuída pelo governo americano, ainda existe o risco de que futuros acordos comerciais possam prejudicar essa vantagem.
2. **Desvio de comércio:** a possibilidade de o comércio se desviar de um mercado importante como o dos EUA, afetando negativamente o Brasil.
3. **Influxo de produtos ao Brasil:** o aumento no influxo de produtos de outros países, especialmente produtos industriais, que prejudica o setor nacional.

Ela também mencionou que o governo brasileiro está monitorando essa situação em conjunto com a CNI para identificar quaisquer desvios comerciais que possam prejudicar a indústria nacional.

Apesar do cenário desafiador, a Secretária apontou algumas oportunidades, especialmente para produtos agrícolas no mercado chinês. Além disso, ela destacou que as alíquotas mais altas aplicadas a outros países pelo governo dos EUA favorecem as exportações brasileiras, que se beneficiam de uma alíquota reduzida.

Prazeres enfatizou a importância qualitativa do mercado americano para as exportações brasileiras, especialmente no que diz respeito a produtos manufaturados. Ela lembrou que os EUA são o principal destino desses produtos e a maior fonte de investimentos em capital para o Brasil. Quando somados comércio e investimentos, os Estados Unidos continuam sendo o maior parceiro econômico do Brasil, além de ser o principal destino de exportação de empresas brasileiras. Ela finalizou afirmando que a integração produtiva entre os dois países é muito forte e que a adoção de tarifas mais altas prejudica ambas as partes.

O **Deputado Luiz Carlos Haully (PODEMOS/PR)** reforçou os dados apresentados por Tatiana Prazeres, afirmando que o comércio entre os Estados Unidos e o Brasil, assim como a balança de pagamentos, são altamente favoráveis para os americanos. Ele sugeriu que o Itamaraty considere investir em matérias jornalísticas nos EUA para divulgar esse fato e informar o público americano sobre os benefícios dessa relação comercial.

Haully também destacou que, historicamente, as barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos ao Brasil têm sido mais altas em comparação com outros países.

Julia de Medeiros Braga, Subsecretária de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais do Ministério da Fazenda, afirmou que a pasta tem monitorado, desde janeiro, os desdobramentos da nova orientação da política comercial dos Estados Unidos, promovida pelo governo Trump. Segundo ela, trata-se de uma intensificação das medidas iniciadas durante o primeiro mandato.

A subsecretária destacou que o atual cenário é marcado por incertezas, devido à natureza instável das decisões relacionadas a tarifas e flexibilizações comerciais adotadas pelos EUA. Como exemplo dos impactos já observados, ela mencionou a valorização da soja brasileira, que, com as tarifas iniciais, conquistou maior participação no mercado chinês e gerou aumento nas margens de lucro do setor.

Braga afirmou que, até o momento, não há indicações de que a economia americana entre em recessão como consequência das novas tarifas. Além disso, ressaltou que o Brasil é um dos países menos afetados pela atual guerra comercial global, em razão da sua ampla diversidade de parceiros comerciais.

No entanto, a preocupação do Ministério da Fazenda está centrada no setor industrial, que deve ser o mais impactado negativamente, ao contrário do agronegócio, que tende a se beneficiar. Para a subsecretária, a guerra comercial reforça uma tendência preocupante: o Brasil tem ampliado sua presença no mercado internacional com base na exportação de commodities, enquanto os produtos com maior valor agregado, como os manufaturados, perdem espaço.

Destacou que a atual guerra tarifária contribui para o enfraquecimento do dólar. Ela informou que as próximas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia brasileira devem ser divulgadas no final de maio e já considerarão os impactos das tarifas sobre o país. Por fim, avaliou que, em sua percepção, o principal risco para o Brasil no atual cenário não está na resiliência das exportações nacionais, mas sim na possibilidade de desvio de comércio para o mercado brasileiro, diante das barreiras comerciais impostas a outros países.

O Presidente da Comissão encerrou a reunião e reafirmou a necessidade de continuar acompanhando os desdobramentos do tema e a busca de soluções.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Superintendência de Assuntos Legislativos – SULEG | Superintendente: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: | Editoração: SULEG | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/ECON | Divulgação: CNI/DIRCOM | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9060 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CNI Confederação
Nacional
da Indústria